

MOVIMENTAÇÃO DE TROPAS NO CENTRO-SUL DA COLÔNIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE ANIMAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Prof. Dr. Renato Leite Marcondes
FEARP/USP

Carlos Eduardo Suprinyak
CEDEPLAR/UFMG

Resumo: Utilizando fontes documentais relativas à passagem de tropas pelo registro de Curitiba nos anos 1765-66 e pelo registro de Sorocaba nos anos 1779-82, propomos um estudo acerca de alguns aspectos da estrutura do mercado de animais vindos do sul com destino à região central – em especial Minas Gerais – neste período. Iniciamos apresentando um inventário das diversas evidências apresentadas até o momento por nossa historiografia, discutindo suas principais características e problemas. Em seguida, apresentamos a nova documentação em seus aspectos puramente quantitativos, procurando colocar as novas evidências sobre o volume de animais conduzidos em perspectiva com as demais evidências, de forma a melhor compreender as tendências de evolução a longo prazo deste mercado, com especial ênfase sobre a diversidade do comportamento apresentado pelos rebanhos vacum, muar e cavalari. Passamos então a focalizar as microinformações detalhadas presentes na documentação do registro de Sorocaba, relativas à identidade dos indivíduos envolvidos no negócio e à origem geográfica das tropas, traçando um panorama acerca dos padrões de distribuição da propriedade dos animais e da distribuição espacial da atividade criatória. Finalmente, apresentamos alguns casos peculiares que ilustram a complexidade do mercado de animais durante a segunda metade do século XVIII, procurando destacar o papel desempenhado por negociantes mineiros neste negócio.

Palavras-chave: comércio de tropas; registros de Sorocaba e Curitiba; mercado interno.

Abstract: Using original sources regarding the flow of cattle through Curitiba's tax outpost during the years 1765-66 and Sorocaba's tax outpost during the years 1779-82, we propose a study concerned with some aspects of the market structure for southern cattle in colonial Brazil's central area – especially Minas Gerais – during this period. We begin presenting a summary of the several evidences presented by our historiography up to the moment, discussing its main features and problems. We present then the new documents in their purely quantitative aspects, putting the new evidence as to the volume of cattle negotiated in perspective with the old evidence, as a way for reaching a better understanding of the long term evolution tendencies of the market, with special emphasis on the diversity between oxen, mules and horses' herds behavior. After that, we analyze the detailed microinformation available on the Sorocaba's fiscal station documentation concerning the identity of the individuals involved on the business and the geographical origin of the herds, drawing a picture as to the patterns of cattle's property distribution and breeding activities' spacial distribution. Finally, we present some special cases which illustrate the cattle market's complexity during the second half of the eighteenth century, seeking to emphasize the role played by Minas Gerais' dealers in the business.

Key words: market for cattle herds; Curitiba and Sorocaba's tax outposts; domestic market.

MOVIMENTAÇÃO DE TROPAS NO CENTRO-SUL DA COLÔNIA: ASPECTOS ESTRUTURAIS DO MERCADO DE ANIMAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

O comércio de animais do sul do país para o centro-sul constituiu durante quase dois séculos uma das mais importantes redes de abastecimento interno. Mais de dois milhões de cabeças passaram pelo mercado de Sorocaba (SP) tão-somente entre 1825 e 1880, atingindo uma média anual um pouco inferior a quarenta mil animais, dentre os quais os muares ocuparam posição predominante¹. Este enorme fluxo de animais dependeu de uma estrutura de criação, internada e apoio ao longo da grande distância entre as pontas desta rede, envolvendo um contingente expressivo de pessoas.

Iniciado no final do século XVII atrelado aos descobertos auríferos, o grande desenvolvimento deste comércio ocorreu durante o século XVIII. Para esta época possuímos poucas informações concernentes às condições deste mercado. Deste modo, pretendemos neste artigo divulgar novas evidências deste comércio, em especial para a segunda metade do setecentos.

Utilizando documentação primária para alguns anos desse período, podemos inferir os volumes de animais por tipos ao longo do tempo — seção II —, comparando com as evidências já estabelecidas na literatura historiográfica, relatada na seção I². De outro lado, na última seção procuramos caracterizar a origem dos animais transacionados no período e a concentração do negócio de animais por meio das tropas e de seus condutores, bem como analisar de forma mais cuidadosa o envolvimento dos negociantes de grande porte, entre eles alguns destacados habitantes da capitania de Minas Gerais.

I - TRÂNSITO DE ANIMAIS

A riqueza da herança documental existente acerca do comércio de tropas de animais entre as regiões meridionais e as centrais do Brasil imperial permite a mensuração bastante precisa da evolução no volume de animais negociados ao longo deste período de nossa história, principalmente por meio dos livros das barreiras e registros envolvidos na tributação desta atividade³. Infelizmente, as condições de pesquisa documental concernente ao comércio de animais do século anterior à independência não se mostram semelhantes ao posterior. Dispomos de poucos relatos, muitas vezes impressionistas, do movimento das tropas desde o impulso inicial para o desenvolvimento deste mercado — a abertura do caminho das tropas, entre 1727 e 1731, por obra conjunta de Francisco de Sousa e Faria e Cristóvão Pereira de Abreu. Alúcio de Almeida foi um dos pioneiros no estudo deste negócio e registrou esta dificuldade, lamentando o extravio da documentação dos registros

¹ KLEIN, Herbert S., *A oferta de muares no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880*. Estudos Econômicos, v. 19, n. 2, mai-ago 1989, p. 356.

² Utilizamos dois documentos depositados em arquivos portugueses: o primeiro do período 1765-67 no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o segundo de 1779 a 1782 no Arquivo do Tribunal de Contas.

³ Cf. LAVALLE, Aida Mansani, *Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830-1854)*, Tese de Livre Docência, UFPR, 1974; SUPRINYAK, Carlos Eduardo, *Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo*, Dissertação de Mestrado, FCLAr/Unesp, 2006; PETRONE, Maria Tereza, *O Barão de Iguape, um empresário da época da Independência*, São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976; KLEIN, Herbert S., *A oferta de muares*.

de Sorocaba até 1825 que impossibilitou de se construir a história das feiras no período colonial com o “rigor das estatísticas”⁴.

Curiosamente, o próprio Aluísio de Almeida ofereceu mais adiante, neste trabalho, um esboço estatístico que procura estimar a magnitude do comércio de animais – no caso, apenas muares – desde princípios do século XVIII até o fim do período imperial. O autor não especificou claramente o cálculo das suas estimativas, afirmando apenas que os números foram obtidos “mediante os documentos consultados”⁵. Sem dúvida beneficiadas pelo pioneirismo da iniciativa de Almeida, estas estatísticas tornaram-se referência para trabalhos subseqüentes, servindo de base para o artigo clássico de Alfredo Ellis Jr., *O ciclo do muar* (1950). Almeida não apresentou dados precisos para cada ano individualmente, oferecendo antes uma aproximação na forma de valores médios anuais mínimos para períodos mais extensos, apontando uma tendência de crescimento no período. Suas estimativas para o século XVIII dividem-se em três subperíodos, iniciando em 1731 (data da abertura do caminho das tropas). A tabela 1 ilustra, a seguir, o quadro estatístico de Almeida para o período em questão.

De acordo com Aluísio de Almeida, as feiras de Sorocaba incrementaram-se após 1750, quando foi instituído o registro na vila, passando a atuar conjuntamente com o registro de Curitiba na fiscalização do movimento das tropas⁶. Antes desta data os animais eram conduzidos diretamente aos centros consumidores, notadamente a região das minas. Embora exista alguma controvérsia com relação à data de criação do registro de Curitiba⁷, resta pouca dúvida de que este já se encontrava em funcionamento no início da década de 1730, quando a condução de animais pelo recém-aberto caminho das tropas tomou impulso.

TABELA 1
MUARES CONDUZIDOS DO EXTREMO SUL RUMO À REGIÃO CENTRAL
DURANTE O SÉCULO XVIII, SEGUNDO ALUÍSIO DE ALMEIDA

Período	Média anual mínima
1731-1750	2.000
1750-1780	5.000
1780-1800	10.000

Fonte: ALMEIDA, Aluísio de, *Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba*, p. 169.

⁴ ALMEIDA, Aluísio de, *Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 187, 1945, pp. 136-137.

⁵ ALMEIDA, Aluísio de, *Os caminhos do sul*, p. 169.

⁶ Cássia Baddini, em trabalho recente sobre o desenvolvimento da cidade de Sorocaba, parece corroborar em linhas gerais esta asserção de Almeida (*Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*, Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2000, pp. 29-50).

⁷ A opinião mais freqüente associa a criação do registro com a abertura do caminho das tropas, por volta de 1732. No entanto, Júlio Estrela Moreira (*Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá*, Curitiba: Imprensa Oficial, 3 v., 1975, p. 781) recorre a um mapa dos Campos Gerais elaborado em 1728 onde já se encontra indicado o local do registro de Curitiba, argumentando que este já existia quando da abertura do caminho das tropas, tendo sido criado para fiscalizar o intermitente fluxo de animais conduzidos pelas rotas litorâneas.

Instituiu-se desde então o complexo sistema de arrecadação dos direitos sobre animais vindos do sul, que viria a ser utilizado até fins do século XIX, com poucas modificações. O governador da capitania de São Paulo Antônio da Silva Caldeira Pimentel instruiu, em 1731, o estabelecimento da cobrança dos direitos em duas etapas: primeiramente, ao passar uma tropa pelo registro de Curitiba, emitia-se uma guia na qual constavam informações sobre a tropa, tais como tamanho, composição, nome do condutor e valor do imposto devido; de posse desta guia, os condutores estavam livres para seguir viagem até Sorocaba, onde deveriam se reportar a uma autoridade competente para realizar o pagamento dos direitos. Ao que tudo indica, tal arranjo decorreu da escassez de meio circulante, principalmente moedas, associada à dificuldade no transporte de grandes quantidades de moedas de cobre em viagens de longa distância, o que impunha severas dificuldades ao pagamento dos direitos em Curitiba, conforme observa Júlio Moreira⁸. De outro lado, a venda dos animais ocorria, na maioria dos casos, em Sorocaba, gerando liquidez para efetuar os pagamentos. Por sua vez, a adoção deste método conduziu a outra inovação duradoura no sistema de arrecadação. Por ordem do Conde de Sarzedas, a 9 de dezembro de 1734, todo condutor deveria apresentar um fiador para sua tropa, na pessoa de um habitante da região, caso contrário não poderia prosseguir viagem⁹. O fiador seria responsabilizado pelo pagamento dos direitos em caso de descaminho da tropa.

Ao obrigar todos os condutores de tropas a passar pelo novo registro antes de seguirem viagem, esta modificação contribuiu enormemente para a transformação de Sorocaba no grande entreposto de comércio de animais de carga que a cidade viria a se tornar a partir da segunda metade do século XVIII.

Conforme mencionado anteriormente, a documentação gerada por estes registros durante o período colonial parece não ter sido preservada. A grande exceção talvez seja a “Cópia do extrato das tropas que no ano de 1751 passaram pelo registro de Curitiba”, documento valioso que se encontra transcrito no segundo volume da série *Documentos Históricos: Provedoria da Fazenda de Santos – leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reaes*, da Biblioteca Nacional. Embora não se registre a data de cada passagem neste extrato, são identificados os condutores de cada tropa, assim como a composição desta – quantidade de animais de cada espécie – e o valor recolhido em direitos. A tabela 2 apresenta um sumário das movimentações registradas no extrato.

TABELA 2
ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA, 1751

Espécie	Total
Cavalos	6.559
Muares	2.380
Rezes	520
Éguas	43

Fonte: Biblioteca Nacional – Documentos Históricos, 1928, p. 139-140.

⁸ MOREIRA, Júlio Estrela, *Caminhos das comarcas*, p. 818.

⁹ A ordem encontra-se transcrita em GOULART, José Alípio, *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, Rio de Janeiro: Conquista, 1961, pp. 198-199. Para mais informações a respeito, veja-se MOREIRA, Júlio, *Caminhos das comarcas*, pp. 817-818.

Estas informações revelam a absoluta predominância de cavalos no total de animais conduzidos pelo registro de Curitiba em 1751. Além de seu maior volume agregado, os cavalos estiveram presentes em todas as tropas conduzidas pelo registro no ano, ao passo que os muares fizeram parte de menos da metade das tropas e os vacuns não chegaram a participar sequer de um terço delas. Estas proporções podem estar relacionadas aos maiores valores dos cavaleiros e muares em comparação com os vacuns, dificultando a condução dos últimos a mais longa distância.

Martha Hameister compara os dados fornecidos pelo extrato com algumas evidências esparsas de caráter quantitativo que encontrou para as duas décadas anteriores¹⁰. A primeira delas, presente em uma memória do Mestre de Campo André Ribeiro Coutinho, informa que no ano de 1738 foram conduzidos 5.551 cavalos e 838 muares do continente do Rio Grande de São Pedro até o centro-sul da colônia, não havendo menção à condução de vacuns. A segunda evidência consta de certidão emitida pelo próprio registro de Curitiba e cobre um período mais abrangente. De acordo com a certidão, foram conduzidos 12.575 cavalos, 4.319 muares, 629 reses e 173 éguas pelo registro no longo período que se estende de 10 de junho de 1734 até a data de emissão do documento, 29 de agosto de 1749. Além da redução do volume de animais em trânsito (a média anual para o período 1734-49 chegou a 838 cavalos e 288 muares, aproximadamente), há uma retração brusca da proporção entre cavalos e muares de 1738 para o período 1734-1749 (diminuindo de 6,6 para apenas 2,9), apesar de as passagens registradas em 1738 estarem supostamente contidas nestes dados agregados. Se por um lado a proporção cavalos/muares registrada ao longo do período 1734-1749 se assemelha bastante àquela verificada acima, nas passagens de 1751, por outro o volume médio anual de animais difere significativamente daquele verificado nos dois outros documentos. Embora seja difícil alcançar resultados conclusivos a este respeito, a proximidade entre os volumes registrados em 1738 e 1751 parece atestar a verossimilitude destas evidências, enfraquecendo, em oposição, a confiabilidade dos números apresentados pela certidão para o período 1734-1749.

Hameister também chama a atenção para o fato de que o volume de vacuns conduzidos pelo registro aumenta de forma marcante nesta passagem da década de 1740 para a de 1750. Enquanto durante os quinze anos entre 1734 e 1749 o total registrado de vacuns somou 629 animais, apenas no ano de 1751 registrou-se a passagem de 520 animais deste rebanho. A autora utiliza esta evidência para argumentar que, ao contrário do que sugere a historiografia sul-riograndense tradicional, a exportação de gado vacum do extremo sul para a região central não atendeu a pressão de demanda por gado de corte originária do surto minerador, e sim aquela derivada da necessidade de reconstituição dos exauridos rebanhos bovinos paulistas – estes sim, utilizados durante a primeira metade do século para satisfazer a demanda da região mineradora. Sua argumentação é reforçada por meio do recurso a outra evidência quantitativa encontrada pela autora, relativa ao triênio 1769-1771. A tabela 3 apresenta estes números, originalmente integrantes de um parecer elaborado pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em 1772.

De fato, a característica distintiva deste conjunto de dados é o sensível aumento no total de vacuns conduzidos anualmente pelo registro de Curitiba, que salta de um patamar próximo a 500 animais/ano em 1751 para uma média anual superior a 2.000 animais na transição entre as décadas de 1760 e 1770. Em outras palavras, o volume de vacuns conduzidos quadruplica em menos de 20 anos. No que tange aos demais rebanhos, o volume de cavalos parece estabilizado em torno de 5.500 animais anualmente – mil

¹⁰ HAMEISTER, Martha Daisson, *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763)*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002, pp. 175-178.

animais abaixo do registrado em 1751. Já os muares apresentam uma tendência ascendente no período, porém superando apenas em 1771 o total alcançado vinte anos antes. Note-se que no último ano do triênio a proporção cavalos/muares já é inferior a dois.

TABELA 3
VOLUME DE ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA, 1769-1771

Ano	Cavalos	Muares	Éguas	Vacuns
1769	5.617	1.912	67	2.174
1770	5.174	2.140	0	2.337
1771	5.404	3.074	0	2.437

Fonte: HAMEISTER, Martha Daisson, *O continente do Rio Grande de São Pedro*, p. 179.

II – NOVAS EVIDÊNCIAS

No restante deste artigo, procuraremos ampliar as bases para apreciação do fenômeno do comércio de animais entre as regiões sul e centro-sul da colônia durante o século XVIII, utilizando para isto duas novas fontes documentais que fornecem evidências quantitativas bastante detalhadas acerca da movimentação de tropas pelos registros de Sorocaba e Curitiba durante alguns curtos períodos. Estes documentos registram não apenas o volume de animais conduzidos pelos registros, mas também informações de caráter mais qualitativo, como o nome dos condutores e fiadores, assim como o local de origem das tropas, em alguns casos.

O primeiro destes documentos intitula-se *Lista geral dos meyo direitos pertencentes aos senhores contratadores, o capitão Francisco Cardozo de Menezes e Souza e Sebastião d'Alvarenga Braga, das tropas que passarão neste rezisto de Coritiba*. Nele encontram-se registradas informações detalhadas acerca de cada tropa conduzida pelo registro, obedecendo a seguinte estrutura: data da passagem, nome do condutor, nome do fiador, quantidade de animais por espécie (cavalos, muares, vacuns e éguas) e valor recolhido em direitos. As duas listas encontradas cobrem um período de quase dois anos, de 5 de dezembro de 1765 até 30 de setembro de 1767. Desta forma, o documento capta toda a movimentação pelo registro ao longo do ano de 1766, e também durante a quase totalidade do ano de 1767, fornecendo evidências quantitativas que podem ser colocados em perspectiva com as evidências apresentadas na seção anterior. A tabela 4 apresenta os valores agregados de passagem para cada espécie, de acordo com o documento.

Os dados ali presentes apontam uma configuração de mercado bastante diversa daquela revelada por Hameister para o triênio 1769-1771. O fato de ambas as fontes documentais referirem-se a um mesmo fenômeno – a passagem de tropas pelo registro de Curitiba – e a momentos muito próximos no tempo apenas contribui para tornar este contraste ainda mais intrigante. Nos dados apresentados por Hameister para o triênio 1769-1771, embora a predominância dos cavalos sobre os muares não se mostrasse mais tão pronunciada quanto na primeira metade do século, ela ainda se faz presente de forma incontestável. O total de cavalos conduzidos nestes três anos é superior à soma dos animais de todas as outras espécies conduzidos. Da mesma forma, o total de vacuns conduzidos,

embora tenha apresentado elevação marcante com relação aos níveis de meados do século, ainda representa menos de metade do total de cavalos conduzidos, estando em 1771 abaixo até mesmo do volume de muares conduzidos.

TABELA 4
VOLUME DE ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE CURITIBA DE
DEZEMBRO DE 1765 A SETEMBRO DE 1767

Período	Cavalos	Muares	Éguas	Vacuns
Dez/1765	21	154	2	0
1766	1.731	1.162	495	2.610
Jan-Set/1767	878	834	103	1.142

Fonte: Registro de Curitiba, Lista Geral dos Meios Direitos, Francisco Cardozo de Menezes e Souza e Sebastião d'Alvarenga Braga.

No período iluminado pelas informações da *Lista geral*, a situação é outra. O predomínio no volume de passagens claramente pertence ao rebanho vacum, cujo total supera em muito o volume tanto de cavalos quanto de muares conduzidos. Por outro lado, parece haver um equilíbrio muito maior entre cavalos e muares, não chegando a relação cavalos/muares sequer a alcançar 1,5 em nenhum momento. O elevado volume total de éguas conduzidas também chama a atenção, dado que as éguas sempre apareceram em quantidades quase negligenciáveis em todas as evidências até então. Mais do que isto, é notável que animais desta espécie estivessem presentes em quase todas as tropas conduzidas (apenas duas delas não possuíam éguas em sua composição), em contraste com o caso dos muares e vacuns, que estiverem presentes em pouco mais da metade das tropas conduzidas.

Uma análise sucinta dos padrões de sazonalidade (distribuição mensal das passagens) apresentados pelos registros evidencia que o trimestre de outubro a dezembro é marcado por um elevado volume de passagens de cavalos, enquanto que os muares são conduzidos em pequeno número e os vacuns praticamente inexistem. Isto poderia ser utilizado para argumentar que o equilíbrio verificado entre as passagens de cavalos e muares no período janeiro-setembro de 1767 seria rompido quando acrescido das passagens do último trimestre, sendo inclusive possível que o número de cavalos conduzidos ao final do ano superasse o número de vacuns. Mesmo admitindo esta possibilidade, o máximo que se poderia atingir seria uma leve superioridade dos cavalos sobre as demais espécies no total das passagens – algo bastante diverso da predominância indisputável evidenciada pelos números de Hameister relativos ao triênio 1769-1771.

Passamos agora a apresentar o segundo conjunto documental a ser trabalhado, que, à semelhança da *Lista geral*, também é composto por mapas sintéticos de movimentação de tropas. Estes documentos divergem das demais fontes apresentadas até agora em dois importantes aspectos. Em primeiro lugar, a movimentação neles registrada não é mais a das tropas conduzidas pelo registro de Curitiba, mas sim daquelas conduzidas pelo registro de Sorocaba. Em segundo lugar, nestes mapas já se adota o sistema de consolidação em anos financeiros – iniciados em julho de um determinado ano e terminados em junho do ano subsequente – que viria a ser utilizado durante todo o período

imperial. Os mapas de passagem pelo registro de Sorocaba encontrados cobrem um período de três anos financeiros, de 1779/80 até 1781/82, e apresentam informações ainda mais detalhadas do que a *Lista geral*, na seguinte forma: data da passagem, nome do condutor, quantidade de animais por espécie (cavalos, muares e vacuns), nome dos vendedores de cada rebanho, nome do fiador, origem da tropa e valor recolhido em direitos. Os volumes totais conduzidos anualmente por espécie de animal, de acordo com os mapas, são apresentados na tabela 5.

Mais uma vez, o contraste entre estes números e as evidências mencionadas anteriormente é marcante. Se no período 1765-1767 os dados apontavam para um relativo equilíbrio entre as diversas espécies no total das passagens, sendo inclusive possível conjecturar acerca de uma leve predominância dos cavalos sobre os demais rebanhos no ano de 1767, pouco mais de uma década depois a posição dos cavalos no total de animais encontra-se bastante fragilizada. Embora a evolução de seu volume anual apresente tendência crescente, eles ocupam agora apenas a terceira posição no total das passagens, sendo que a relação cavalos/muares não ultrapassa 0,75 – no ano financeiro 1779/80 ela é inferior a 0,4. Por outro lado, os muares, embora predominem durante o ano financeiro 1779/80, apresentam tendência decrescente, perdendo a primeira posição no total das passagens para os vacuns nos dois anos seguintes. Estes, por sua vez, crescem em volume ao longo do triênio, respondendo por mais da metade do total das passagens no último ano financeiro. Infelizmente, os mapas não informam o volume de éguas conduzidas pelo registro – possivelmente registradas sob a mesma rubrica que os cavalos.

TABELA 5
VOLUME DE ANIMAIS CONDUZIDOS PELO REGISTRO DE SOROCABA, 1779/80
–1781/82

Ano financeiro	Cavalos	Muares	Vacuns
1779/80	2.365	6.330	5.720
1780/81	2.584	5.875	6.486
1781/82	3.079	4.223	8.476

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba, Manoel Álvares de Castro.

Em termos do volume arrecado em impostos, a crescente predominância dos vacuns sobre os outros rebanhos é eliminada. O valor pago sob a forma do Novo Imposto varia de acordo com a espécie do animal, sendo de 100 réis para as reses, 200 para os cavalos e 320 para as bestas. Desta forma, o total recolhido em impostos referentes a vacuns e cavalares esteve bastante próximo, cabendo aos muares a predominância absoluta sobre o total da arrecadação – quase 60% do valor arrecadado, sendo que os vacuns respondem por aproximadamente 23% e os cavalares, 18%. Desta forma, embora os vacuns passem a ocupar posição de destaque no volume total de passagens, sua relevância fiscal é modesta quando comparada à dos muares.

Quando toda a evidência quantitativa coletada até aqui é colocada lado a lado, algumas características da evolução do negócio de animais saltam aos olhos. Em primeiro lugar, o enorme crescimento da importância relativa dos vacuns no total das passagens

certamente é digno de nota. Partindo da posição inquestionavelmente secundária que ocuparam ao longo dos quase vinte anos que vão desde 1734 até 1751, as reses já possuem maior relevância econômica na segunda metade da década de 1760, chegando a ocupar a primeira posição no total das passagens em 1766 e rivalizando com os muares como segundo maior rebanho na passagem da década de 1760 para a de 1770. Ao final desta, o volume anual de vacuns conduzidos já é mais de duas vezes superior àquele registrado uma década antes, passando este rebanho a responder por mais da metade do total das passagens pelo registro de Sorocaba no início da década de 1780.

À primeira vista, esta constatação parece favorecer a argumentação de Hameister acerca do crescimento da importância da exportação de gado bovino do continente do Rio Grande de São Pedro para o centro-sul da colônia durante a segunda metade do século XVIII, visando à recomposição dos rebanhos paulistas exauridos pelo consumo da região mineradora. Sem dúvida, o crescimento no volume de animais exportados entre o início da década de 1750 e o final da década seguinte – já apontado pela autora e corroborado pelos números aqui apresentados para os anos de 1766 e 1767 – constitui evidência contundente a fortalecer a posição de Hameister. Entretanto, o aumento ainda mais expressivo no total destas passagens verificado na transição entre as décadas de 1770 e 1780 deve ser avaliado com um pouco mais de cautela. Lembremos que este último corpo documental refere-se às passagens pelo registro de Sorocaba, e não de Curitiba, como foi o caso em todas as evidências anteriores. Geograficamente afastados, entre estes dois postos fiscais estavam os Campos Gerais, localizados no território do atual estado do Paraná, uma região tradicionalmente vinculada a atividades pecuárias, em especial a criação de gado vacum¹¹. Assim, o drástico incremento no volume de vacuns conduzidos pode estar associado à incorporação da exportação de animais da região dos Campos Gerais nos registros, e não tão-somente ao aumento na demanda por reses sul-riograndenses, como pretende Hameister.

Em marcante contraste com o ocorrido com os vacuns, a evolução no volume de cavalos conduzidos pelos registros evidencia flagrante decréscimo na participação relativa desta espécie dentro do mercado de animais. Responsáveis por mais de dois terços do total das passagens no período 1734-1751, sua posição já se mostrava um pouco enfraquecida na segunda metade da década de 1760 – especialmente ao se considerar os números apresentados para os anos 1766 e 1767. Embora ainda predominem durante o triênio 1769-1771, com um volume anual relativamente estável, ao final da década de 1770 o total de cavalos conduzidos reduz-se à metade, passando este rebanho a ficar atrás dos muares e vacuns em importância relativa. Entretanto, note-se que aqui, mais uma vez, a utilização de informações de passagem pelo registro de Sorocaba pode prejudicar as bases para comparação. Em oposição ao que ocorre com os vacuns, é possível que uma parte da demanda por cavalos tenha origem na própria região dos Campos Gerais, cujo relevo pouco acidentado favorece a utilização deste tipo de animal nas atividades criatórias. Supondo-se esta hipótese verdadeira, ocorreria que embora os animais fossem exportados do continente do Rio Grande, passando, portanto, pelo registro de Curitiba, não chegariam eles até o registro de Sorocaba, causando a impressão de uma queda na movimentação.

Passemos agora ao caso dos muares, que viriam a ocupar papel de grande destaque na dinâmica econômica brasileira durante o século XIX. Os números de passagem de muares são aqueles que apresentam oscilações menos bruscas, dentre todos os

¹¹ A esse respeito, veja-se, entre outros, os trabalhos de WESTPHALEN, Cecília, *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*, Curitiba: CD Editora, 1995, p. 10; MOREIRA, Júlio Estrela, *Caminhos das comarcas*, p. 832; e LAVALLE, Aida Mansani, *Análise quantitativa*, p. 1.

rebanhos. Ocupando sempre posição intermediária, já em 1751 registrou-se a passagem de mais de dois mil animais desta espécie. Diante desta evidência, causa surpresa verificar que em 1766 o total de muares conduzidos pelo registro de Curitiba esteve pouco acima de mil unidades – um flagrante retrocesso. A partir de então, a condução de muares apresenta crescimento gradual, porém contínuo, chegando a superar a marca de três mil animais já em 1771. Ao final da década de 1770, o número de muares conduzidos salta para mais de seis mil, decrescendo, entretanto, nos dois anos subseqüentes de forma um tanto abrupta. Ainda assim, o volume de muares conduzidos no ano financeiro 1781/82 foi superior a qualquer outro ano anterior a 1779 para o qual dispomos de informações.

Poder-se-ia argumentar que a duplicação do volume de muares conduzidos ocorrida de 1771 para 1779 também está vinculada, como no caso dos vacuns, à exportação de animais desta espécie criados na região dos Campos Gerais. Entretanto, esta hipótese vem sendo constantemente descartada pela historiografia especializada, que atribui aos habitantes dos Campos Gerais unicamente o papel de condutores de tropas dentro da estrutura do mercado de muares¹². Por outro lado, podemos aventar uma hipótese mais sólida para explicar o declínio ocorrido entre 1751 e 1766, relacionada a uma controvérsia política ocorrida no início da década de 1760. Devido à pressão dos criadores de gado cavalariço do norte e nordeste, cujo produto foi deslocado pelos muares como meio de transporte de carga nas regiões centrais, instituiu-se uma curiosa medida real, consubstanciada na Carta Régia de 19 de junho de 1761, que proibiu a utilização de muares em todo o território colonial, ordenando inclusive que fossem mortos os animais desta espécie encontrados após a sua publicação. Entretanto, os veementes protestos daqueles envolvidos no negócio, assim como a persistência do comércio de muares sob a forma de contrabando, terminaram por ensejar a revogação da ordem real decorridos três anos de sua aplicação, por intermédio da Carta Régia de 22 de dezembro de 1764. Ao menos no que se refere aos registros oficiais, parece razoável supor que a aplicação desta medida real tenha conduzido à diminuição das movimentações de tropas de muares vindas do sul. Desta forma, os números encontrados para os anos 1766-67 refletiriam o restabelecimento do mercado de muares após a revogação da medida, que prosseguiria nos anos seguintes mediante o aumento gradual no volume de animais conduzidos anualmente.

Por fim, uma breve palavra sobre as éguas. Verificou-se sua presença desde cedo nos registros, embora em volume negligenciável. Conforme já mencionado, os números de 1766-67 mostram uma elevação marcante no total de éguas conduzidas, estando elas presentes em quase todas as tropas registradas na *Lista geral*. Contudo, os números encontrados por Hameister para o triênio 1769-71 mostram nova redução no volume de éguas conduzidas, aparecendo animais desta espécie apenas em 1769. Nos mapas de Sorocaba não há menção a éguas, embora isto possa estar associado a diferenças na forma de registro das tropas. Embora se trate apenas de mais uma conjectura, podemos associar tentativamente esta brusca quebra no mercado de éguas aos esforços dos criadores de muares do sul para manter a exclusividade no fornecimento desta espécie de animal às regiões centrais. O auge da polêmica acerca da criação de bestas em território mineiro ocorreu justamente na transição entre as décadas de 1760 e 1770, conforme atesta a correspondência trocada entre os principais envolvidos: Dom Luiz Antônio de Souza, governador da capitania de São Paulo; Conde de Valadares, governador da capitania de

¹² Veja-se, entre outros, WESTPHALEN, Cecília, *O Barão dos Campos Gerais*, p. 14. Mesmo durante a década de 1860, apogeu do negócio de muares, encontramos o presidente da província do Paraná, lamentando o fato de que os animais enviados anualmente à feira de Sorocaba “não constituem um producto proprio do Paraná, sendo esta província apenas logar abrigado de passagem, e os commerciantes desse gênero no rigor litteral intermediarios” (Relatório do presidente da província do Paraná, 18 de novembro de 1864, p. 20).

Minas; e o Marquês de Lavradio, então Vice-Rei do Brasil¹³. A interrupção no fornecimento de éguas pode ter sido uma das formas encontradas pelos criadores do sul para fazer face à concorrência mineira, dada a ineficácia de seus protestos formais.

III – ORIGEM DAS TROPAS E CONCENTRAÇÃO

Passamos a partir de agora a analisar outras informações disponibilizadas pela documentação encontrada, para além do volume de animais conduzidos. Ao fazê-lo, concentraremos nossos esforços sobre os dados presentes no último conjunto documental acima referido, que contém a memória das passagens de tropas pelo registro de Sorocaba durante o triênio 1779/80-1781/82. A ênfase sobre esta documentação específica deve-se parcialmente ao fato de ser ela aquela que disponibiliza microinformações em maior profusão – mais de quinhentos registros de passagens, no total – e também por serem mais ricas e detalhadas as informações nela contidas.

Primeiramente, vejamos o que a documentação de Sorocaba oferece a respeito da origem das tropas conduzidas pelo registro durante o triênio. A tabela 6 contém um sumário estatístico a este respeito, a partir do qual algumas observações interessantes podem ser feitas. Do total de 505 registros de passagem, 34 não apresentam informações sobre a origem dos animais que compõem a tropa. Dentre os registros que apresentam informações a este respeito, percebe-se a clara predominância de tropas oriundas da região de Viamão, respondendo por mais de metade do total das passagens. Em posição de destaque no total de tropas conduzidas também aparecem as regiões dos Campos Gerais e de Curitiba, contribuindo conjuntamente com mais de 27 % do total das tropas conduzidas. Em algumas ocasiões registrou-se a origem das tropas simplesmente como “colonial” ou “crioula”, o que dificulta uma identificação mais precisa da origem, embora aponte para uma diferenciação entre os gados oriundos dos territórios ao sul da capitania de São Paulo e aqueles criados na própria capitania¹⁴. Agrupamos como “vilas paulistas” uma série de localidades pertencentes à capitania, porém pouco expressivas individualmente – como, por exemplo, Faxina, Itapetininga e Botucatu. Finalmente, sob a rubrica “outras localidades” encontram-se agregadas tropas cuja procedência foi associada a alguma fazenda específica, sem indicação da localização geográfica da mesma.

Entretanto, os dados da tabela 6 chamam a atenção para uma característica peculiar da distribuição de origem das tropas. Referimo-nos ao fato de que a predominância de Viamão no total das tropas conduzidas pelo registro de Sorocaba não se refletiu de forma homogênea no total de animais conduzidos quando isolados por tipo de rebanho. A predominância de animais originários de Viamão no total de mueres conduzidos é marcante, chegando a quase noventa por cento. A participação das regiões dos Campos Gerais e de Curitiba neste rebanho de animais é muito reduzida, não chegando a um por cento mesmo se considerados conjuntamente. Por outro lado, quando observamos as origens do rebanho vacum, verificamos que a maior parcela destes animais origina-se da região dos Campos Gerais e de Curitiba, com Viamão aparecendo distante na segunda posição. Destaca-se também o fato de que tanto a região serrana de Lages quanto as tropas agregadas sob a designação “outras localidades” contribuem com parcelas significativas no

¹³ Esta controvérsia encontra-se descrita e documentada em GOULART, José A., *Tropas e tropeiros*, pp. 52-54.

¹⁴ O termo “gado colônia” era utilizado à época para designar os animais criados em território riograndense, em oposição ao “gado crioulo”, criado em terras paulistas.

total de vacuns conduzidos, apontando para uma maior dispersão geográfica da atividade criatória associada a este rebanho. Por fim, o rebanho cavalar também apresenta predominância dos animais oriundos de Viamão, embora não de forma tão absoluta quanto no caso dos muares. Em especial, a região dos Campos Gerais e de Curitiba é responsável por uma fatia significativa do total de cavalos conduzidos por Sorocaba.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS POR SOROCABA SEGUNDO SUA ORIGEM, 1779/80-1781/82¹⁵

Local de Origem	Nº de tropas	%	Total de Muares	%	Total de Cavalos	%	Total de Vacuns	%
Viamão	278	55,05	14692	89,43	4314	53,74	5104	24,68
Campos Gerais e Curitiba	139	27,52	112	0,68	2889	35,99	9561	46,23
Lages (Cima da Serra)	15	2,97	120	0,73	128	1,59	1937	9,37
Crioulos	13	2,57	4	0,02	43	0,54	704	3,40
Coloniais	11	2,18	14	0,09	351	4,37	679	3,28
Vilas Paulistas	8	1,58	622	3,79	77	0,96	605	2,93
Outras localidades	7	1,39	2	0,01	27	0,34	1308	6,32
Sem especificação	34	6,73	862	5,25	199	2,48	784	3,79
Total	505	100,00	16428	100,00	8028	100,00	20682	100,00

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba, Manoel Álvares de Castro.

Passamos agora a analisar outro aspecto ressaltado pela documentação de Sorocaba, a distribuição da propriedade das tropas conduzidas pelo registro. Observando a composição das tropas que passam pelo registro de Sorocaba no período 1779/80-1781/82, verificamos que a maior parte delas – quase 59% – apresentou animais de apenas um dos três rebanhos negociados. Entretanto, os 41% restantes das tropas apresentavam uma composição mista, contendo animais de mais de uma espécie simultaneamente. Além disso, quando checamos o total de animais conduzidos, verificamos que as tropas mistas foram responsáveis pela maior quantidade, com mais de 63% do total de animais conduzidos em tropas desta natureza, ao passo que as tropas de apenas um tipo de rebanho responderam por pouco mais de 36% do total de animais. Naturalmente, tal resultado está relacionado ao maior tamanho médio das chamadas tropas mistas, pouco mais de 138 animais por tropa, enquanto que as tropas não-mistas apresentaram média de apenas 55 animais por tropa.

Esta constatação é importante para a análise da distribuição da propriedade no negócio dos animais. A composição das tropas aponta para a existência de uma integração forte entre os três rebanhos dentro das tropas de maior tamanho. Desta forma, isolar os três rebanhos na análise da distribuição da propriedade poderia resultar em distorção significativa dos resultados. Como estamos interessados em determinar a concentração de um negócio – um sistema econômico complexo –, tal separação provavelmente traria

¹⁵ Algumas das tropas conduzidas apresentaram mais de uma indicação de origem, relacionada ao local onde a tropa foi adquirida pelo condutor. Nestes casos, preservou-se a informação relativa à primeira origem da tropa.

resultados menos confiáveis, dado que um grande negociante pode estar envolvido em transações com predominância de um ou outro rebanho, alternativamente. Entretanto, a evidência apresentada na tabela 6 apontou para uma diferenciação marcante entre a origem do rebanho vacum – predominantemente oriundo dos Campos Gerais e de Curitiba – e dos rebanhos cavalari e muar – originários da região de Viamão, em sua maioria. Assim, optamos por analisar a distribuição de propriedade dos animais separando-os em dois grupos, vacuns de um lado e muar e cavalari de outro.

Dada a grande diversidade das formas de negócio evidenciadas pela documentação – da qual trataremos em mais detalhe adiante –, estudar os padrões de distribuição do comércio de animais por meio de perspectivas quantitativas afigura-se como uma tarefa bastante delicada. Optamos por abordar a questão por meio da classificação das tropas conduzidas por Sorocaba em faixas de tamanho, de acordo com o número de animais que as compõem, visando perceber se há alguma heterogeneidade significativa nos tamanhos das diversas tropas. A tabela 7 apresenta um esforço neste sentido. Dividimos as tropas em cinco faixas de tamanho – uma primeira contendo tropas pequenas, duas faixas de tropas intermediárias, uma quarta faixa para tropas grandes e uma última faixa para tropas de dimensões muito grandes. O rebanho vacum é apresentado separadamente, conforme explicitado acima. Uma breve análise dos dados postos em evidência indica a existência de padrões marcantes de concentração no negócio, embora confirme também a suspeita de uma estrutura diversificada entre os mercados de vacuns e muar e cavalari.

Iniciemos com o mercado de muar e cavalari. Em primeiro lugar, percebemos que as tropas pequenas, embora predominem de forma marcante em número (mais de 70% do total), respondem por uma parcela muito menor do total de animais conduzidos (aproximadamente 23,5%). Conforme avançamos nas faixas, percebemos que a participação no total das tropas diminui constantemente e de forma bastante abrupta, embora o mesmo não ocorra com a participação no total de animais conduzidos, onde as participações relativas são bastante estáveis, oscilando entre 18 e 24% para cada faixa.

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DAS TROPAS CONDUZIDAS PELO REGISTRO DE SOROCABA,
SEGUNDO FAIXAS DE TAMANHO, 1779/80 –1781/82

Faixa	Muar e Cavalari				Vacuns			
	Nº de Tropas	%	Nº de Animais	%	Nº de Tropas	%	Nº de Animais	%
1-49	324	71,52	5749	23,51	29	27,88	353	1,71
50-99	67	14,79	4629	18,93	10	9,62	781	3,78
100-199	38	8,39	5154	21,07	17	16,35	2527	12,22
200-399	18	3,97	4490	18,36	31	29,81	8509	41,14
400 ou mais	6	1,32	4434	18,13	17	16,35	8512	41,16
Total	453	100,00	24456	100,00	104	100,00	20682	100,00

Fonte: Alfândega de Santos, Arrecadação do Novo Imposto em Sorocaba, Manoel Álvares de Castro.

No caso do mercado para vacuns, o quadro é um pouco diverso, embora também aponte inequivocamente para a existência de concentração da propriedade. A faixa que engloba as tropas pequenas, embora não seja a maior em participação relativa no número de tropas, contribui com parcela bastante significativa (quase 28%). Entretanto, sua contrapartida no total de animais conduzidos é ínfima, não chegando a dois por cento do total. Este mesmo padrão ocorre nas duas faixas subseqüentes, embora de forma menos marcante. As duas faixas superiores, por outro lado, respondem por parcelas semelhantes – e vultosas – no total de animais conduzidos, em ambos os casos mais do que proporcionalmente à sua participação no total das tropas.

Conforme mencionado acima, a documentação do registro de Sorocaba coloca em evidência uma série de formas diversificadas assumidas pelas atividades de comércio com animais. Uma característica particularmente interessante das passagens advém da localização do registro em um ponto de comercialização, onde as tropas freqüentemente trocavam de mão. Quando isto acontece, os registros normalmente apontam o nome da pessoa de quem o condutor comprou os animais. Em outros casos, entretanto, não há nenhuma indicação nesse sentido, parecendo então que o condutor é o responsável pela condução da tropa desde sua origem, não envolvendo transação comercial na região de Sorocaba. Não há predomínio marcante de nenhuma das duas formas de negócio, prevalecendo um relativo equilíbrio em elas.

A análise de distribuição de propriedade apresentada acima, baseada no tamanho das tropas, apontou fortes indícios de concentração no negócio de animais. Quando observamos as informações disponíveis acerca dos vendedores das tropas – que, lembramos, apenas aparecem nos casos em que há transação em Sorocaba – estes indícios são corroborados, e mesmo intensificados. Neste sentido, do total de 159 tropas de bestas com indicação de vendedor, 14 delas foram vendidas por Manoel Bento da Rocha, 9 pelo Tenente Coronel Paulino Ayres de Aguirra – figura política de destaque na região de Sorocaba¹⁶ - e 8 por Pedro Telmo Lima. Estes três negociantes foram responsáveis, sozinhos, pela venda de 1.167 bestas, ou seja, mais de quinze por cento do total de 7.556 destes animais com indicação de vendedor. No mercado dos cavalos, os mesmos Manoel Bento da Rocha e Paulino Ayres de Aguirra aparecem com 12 e 7 tropas, respectivamente. Considerados em conjunto com Manoel da Silva Lira, que vendeu mais cinco tropas, eles negociaram 500 cavalos – quase 16% do total de 3.148 com indicação de vendedor. Por fim, poucas passagens de rebanhos vacuns apresentam informação de vendedor, e os casos de repetição são escassos. Mesmo assim, nos deparamos com o caso do Alferes Domingos José Vieira, responsável pela venda de 561 animais em duas passagens, mais de 10% do total de 5.167 animais com indicação de vendedor.

Entretanto, a diversidade das formas de negócio não se restringe apenas a esta diferenciação entre as tropas negociadas em Sorocaba e aquelas conduzidas para além do registro. Alguns casos particulares merecem nossa atenção por ilustrar de forma clara a complexidade da estrutura envolvida no comércio de animais. Em especial, o português emigrado João Rodrigues de Macedo parece ter participado ativamente neste negócio durante o período coberto pela documentação de Sorocaba. Macedo foi uma das figuras de maior destaque da capitania de Minas Gerais, e do império luso-brasileiro em geral, durante a segunda metade do século XVIII¹⁷. Atuava em diversos segmentos econômicos,

¹⁶ Para informações a este respeito, veja-se BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Annablume, 2001, pp. 107-110.

¹⁷ Tarquínio de Oliveira afirma que João Rodrigues de Macedo foi “sem a menor dúvida, o maior banqueiro do império luso durante o último quartel do século XVIII”. (*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 9, Brasília: Câmara dos Deputados, 1977, p. 341)

com destaque para a comercialização de açúcar em Minas Gerais, empreendimentos financeiros de natureza creditícia e arrematação de contratos reais¹⁸. Esteve envolvido de forma muito próxima com os inconfidentes, porém escapou das investigações devido a sua ampla rede de relacionamentos com autoridades políticas, em especial com o Visconde de Barbacena, governador da capitania¹⁹.

João Rodrigues de Macedo foi arrematante do contrato das entradas em Minas Gerais de 1776 a 1782 e do contrato dos dízimos entre 1777 e 1783. Nesta condição, negociou com tropas de maneira bastante particular. Aparentemente, ele as adquiria diretamente da região do Viamão, contratando então terceiros para conduzi-las até Minas. Em seus negócios, predominavam muares, aparecendo também cavalares em menor número. Suas tropas estão sempre entre as maiores conduzidas pelo registro, atestando seu provável papel como distribuidor de animais de carga na região de Minas Gerais.

Pelas mãos de João de Campos Evangelista, Rodrigues de Macedo fez passar três tropas por Sorocaba entre dezembro de 1779 e agosto de 1780. Estas tropas, consideradas conjuntamente, totalizaram 2.239 muares e mais 86 cavalares, não constando nenhum vacum. Em fevereiro de 1780, Rodrigues de Macedo fez passar mais uma tropa, desta vez pelas mãos de José Gonçalves Nogueira, contendo esta 884 muares, 60 cavalares e 5 vacuns. Por fim, em outubro de 1780, Francisco da Rocha e Sousa também conduziu uma tropa pertencente ao Comandante pelo registro de Sorocaba, composta por 603 muares e 32 cavalares. Quando consideramos todas estas passagens de forma agregada, percebemos que, em um período de dois anos, Rodrigues de Macedo trouxe 3.726 bestas da região de Viamão, além de 178 cavalos. No tocante às bestas, ele respondeu por mais de 30% do total das passagens durante os dois primeiros anos financeiros cobertos pela documentação. Aqui, novamente, fortalecem-se os indícios acerca da presença de padrões significativos de concentração no negócio de animais.

As tropas de propriedade de João Rodrigues Macedo foram todas afiançadas por uma mesma pessoa, o Dr. José Vaz de Carvalho, habitante de São Paulo. A correspondência pessoal de Macedo fornece alguns indícios acerca de suas ligações com José Vaz de Carvalho, bem como sobre a natureza das atividades de fiação em geral²⁰. Por meio da comunicação de Macedo com seus interlocutores em São Paulo, pode-se entrever certa instabilidade em suas relações com fiadores, relações estas que parecem estar associadas a alguma espécie de vínculo creditício. Quando da chegada de uma de suas tropas a Sorocaba, em junho de 1780, Macedo contata dois de seus correspondentes em São Paulo visando solicitar seus préstimos no sentido de garantir o bom encaminhamento dos animais. Um destes correspondentes era José Vaz de Carvalho, ao qual Macedo relata:

Agora sou a dizer a Vm. que me chegou próprio de estar em Sorocaba a primeira ponta da tropa que me vem de Viamão, conduzida por Francisco da Rocha e Sousa; e espero do favor de Vm. me afiance os meios direitos da Casa Duada e mais alguma assistência que for preciso, na certeza de que, para o tempo, hei de ser prontíssimo na satisfação, sem que Vm. tenha o menor incômodo; e tudo o mais que me for preciso a benefício da

¹⁸ Ver MAXWELL, Kenneth, *A devassa da devassa: a inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1810*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 98-90; 112.

¹⁹ Herculano Gomes Mathias assim afirma enfaticamente: “[Macedo] Escapou pela influência de seu poder econômico pois emprestava dinheiro às principais autoridades da Capitania inclusive a alguns Governadores que tinham por ele grande estima”. (*Autos da Devassa*, vol. 7, p. 55). Kenneth Maxwell também ressalta a importância das ligações de Macedo com o Visconde de Barbacena para sua proteção contra os procedimentos da devassa (*A devassa da devassa*, p. 176).

²⁰ OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de (org.), *Correspondência ativa de João Roiz de Macedo*, vol. 2, Ouro Preto: Casa dos Contos, 1979, pp. 48-58.

mesma tropa, toda e qualquer obrigação ou letra que passar o dito Francisco da Rocha e Sousa, ou João de Campos Evangelista, que agora vai, eu me obrigo por esta à satisfação de tudo, e pronto a pagar ou remeter qualquer quantia que Vm. me avisar. [...] Peço a Vm. muito de favor que as minhas tropas não padeçam a menor demora por falta de qualquer assistência, pelo que ficarei a Vm. muito obrigado. (Correspondência ativa de João Roiz de Macedo, pp. 48-49).

De teor semelhante é a carta que Macedo enviara um dia antes ao Capitão Manuel Antonio de Araújo, também habitante de São Paulo, onde ele afirma: “... espero chegue a tempo João de Campos Evangelista, que mando a esta cidade a satisfazer os direitos da Casa Duada, sem que Vm. tenha o incômodo de o desembolsar; e lhe rogo me perdôe a falta que té agora nesta parte tem havido” (Correspondência ativa, p. 49). Mais tarde, em carta enviada a Domingos José Gomes, Macedo revela “não estar de acordo o Cap. Manuel de Araújo a afiançar os meios direitos da Casa Duada...” (Correspondência ativa, p. 56), evidenciando que as relações entre Macedo e Araújo, na hipótese mais provável, foram prejudicadas por aquela “falta nesta parte havida”.

Estas e outras dificuldades relacionadas com os trâmites burocráticos exigidos para a passagem das tropas pelo registro de Sorocaba parecem ter exercido um impacto negativo sobre o negócio de animais. Concomitantemente aos seus esforços para garantir a fiança dos direitos, Macedo constantemente demonstra sua preocupação com a excessiva demora na liberação da tropa. Isto transparece não apenas em sua correspondência com potenciais fiadores, como no trecho de sua carta a José Vaz de Carvalho transcrito acima, como também nos contatos com seus funcionários encarregados da condução das tropas. Já antevendo dificuldades com a fiança da tropa chegada a Sorocaba, Macedo dá as seguintes instruções a João de Campos Evangelista, encarregado de ir buscar os animais:

Caso os mesmos senhores [Francisco Roiz de Macedo, Manuel Antonio de Araújo e José Vaz de Carvalho] não queiram afiançar, Vm. pagará à vista até onde chegar o dinheiro; e virá, ou mandará buscar, o que de mais carecer com a maior brevidade possível. E caso ache preço à vista que faça conta, venderá Vm. 100 ou 200 bestas, e com o dinheiro desta venda, pagará o que se carecer, de sorte que não me fique empatada a tropa. E conseguindo, como espero daqueles senhores, as fianças, passará Vm. as letras, créditos ou recibos necessários, e as mesmas ordens dou a Francisco da Rocha e Sousa. (Correspondência ativa de João Roiz de Macedo, pp. 48-49).

A preocupação de João Rodrigues de Macedo era fundamentada, pois a tropa ainda ficaria retida durante alguns meses em Sorocaba, somente chegando às suas mãos, em Vila Rica, em dezembro daquele ano.

A atuação de José Vaz de Carvalho também atesta as diferentes formas de inserção possíveis no mercado de animais, pois além de fiar diversas tropas – não apenas as de João Rodrigues de Macedo –, ele também foi responsável pela condução de uma pequena tropa de 17 bestas e 9 cavalos, que parece ter adquirido na região de Sorocaba. Algumas outras figuras de destaque também aparecem como fiadores de tropas, caso de Salvador de Oliveira Leme, um dos homens mais ricos e poderosos da região de Sorocaba na segunda metade do século XVIII. Dentre outras atividades, dedicou-se ao comércio de tropas e foi arrematante da cobrança do Novo Imposto sobre Animais. Seu genro, o Tenente Coronel Paulino Ayres de Aguirra, já foi mencionado acima como um dos principais vendedores de muares e cavalares evidenciados pela documentação do registro de Sorocaba.

Há ainda alguns outros casos que merecem uma menção breve. Um condutor chamado João da Cunha passou com uma pequena tropa de 30 bestas, as quais havia comprado de Antonio Lopes de Moraes. Entretanto, o que torna este caso interessante é o fato de que o próprio Antonio Lopes de Moraes já havia comprado esta tropa de outro negociante, chamado José dos Santos Costa, sendo que este último havia trazido os animais de Viamão. Lopes de Moraes parece configurar-se, portanto, como um intermediário nesta transação particular. Por fim, há também o caso de Jerônimo Paiz de Proença, que passa com uma tropa de 338 reses retiradas de sua própria fazenda, declarando que as conduzirá ele próprio até o Rio de Janeiro.

Toda esta riqueza de informações salienta as diversas formas que assumiu o comércio de animais na segunda metade do século XVIII. Se por um lado esta diversificação impede o estabelecimento preciso de características como a distribuição da propriedade das tropas, por outro ela realça a complexidade do negócio e as múltiplas possibilidades de inserção a ele associadas. A constatação de uma dinâmica crescente de animais movimentados, principalmente muares e bovinos, e a identificação de suas distintas origens e destinos consistem em resultados alcançados neste artigo. Aponta-se também a existência de grandes negociantes de animais em Sorocaba e na capitania de Minas Gerais, mormente entre os de muares. No decorrer do século seguinte, a estrutura do comércio de animais se tornaria mais sólida à medida que as próprias dimensões do mercado cresciam. Não obstante, as evidências documentais aqui apresentadas indicam claramente a existência de densas redes interpessoais e de um elevado grau de organização já na segunda metade do século XVIII, compondo a base sobre a qual se desenvolveu esta atividade de tão fundamental importância na história econômica brasileira.